

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.366.459 - CE
(2018/0243060-8)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : ANTÔNIO NARCÉLIO RODRIGUES PONTE
ADVOGADO : JOSE VANDERLEI MARQUES VERAS - CE022795
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Vistos.

Fls. 2.064/2.073e – Trata-se de Agravo Interno (art. 1.021 do CPC/2015) interposto contra decisão monocrática mediante a qual não conheci do Agravo em Recurso Especial, porquanto não atacados especificamente os fundamentos da decisão agravada (fls. 2.051/2.055e).

Feito breve relato, decido.

Em juízo de retratação, consoante o disposto no § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se o desacerto da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração.

Observe a presença dos pressupostos de admissibilidade do Agravo e, face às circunstâncias que envolvem a lide, a necessidade de melhor exame do objeto do Recurso Especial, desse modo, afigura-se necessária a reautuação.

Posto isso, nos termos do § 2º art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, **RECONSIDERO** a decisão de fls. 2.051/2.055e, restando, por conseguinte, **PREJUDICADO** o agravo interno de fls. 2.064/2.073e, e **CONHEÇO** do Agravo e determino sua **CONVERSÃO** em Recurso Especial, sem prejuízo da aferição dos requisitos de admissibilidade, a ser realizada no momento processual oportuno.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora